

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 3, Número 25, março de 2005.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Na edição passada lembrávamos das propostas que o novo presidente da Câmara dos Deputados estava apresentando ao país. Fundamentais para o desenvolvimento do país, diga-se de passagem ... Pois bem, o pior é que foi mesmo aprovado aumento da verba destinada aos gastos dos gabinetes dos deputados federais. Como sempre, coisa pouca, apenas alguns milhares de reais que os contribuintes se esforçarão para fazer chegar aos cofres do governo, com certeza com toda a alegria possível ...

Bem, deixando a ironia de lado - sim, só assim mesmo para tratar do assunto, pois a indignação toma conta de todos - este mês de março marca a passagem de algumas datas importantes para o país. Seria até o caso de perguntar aos leitores se estão lembrados do que faziam há 20 anos atrás, em março de 1985. Ou então há 15 anos, em março de 1990. É, o mês de março é marcado por alguns fatos que marcaram a história recente.

Em 1985 estávamos inaugurando uma nova fase, a redemocratização do país, com o fim do ciclo de presidentes militares. Enfim um civil assumia a presidência da República. Bem, o vice, eleito de forma indireta pelo Colégio Eleitoral e egresso do partido que estava saindo do poder. Aliás, havia ainda uma batalha jurídica a respeito da possibilidade ou não de o vice-presidente assumir tendo em vista o adoecimento do presidente eleito, Tancredo Neves.

Já em 1990, março marcava a posse de outro presidente, este sim eleito pelo voto direto da população, com a tarefa de combater a inflação e reorganizar a economia. E o que vimos foi o confisco das aplicações financeiras com saldo superior a Cr\$ 50.000,00. Era a tentativa de matar o tigre da inflação e só havia uma bala disponível ... Se não fosse trágico, seria cômico! O que se seguiu foi uma desorganização generalizada da economia e logo foram encontrados mecanismos de desbloqueio dos cruzeiros para uma série de situações. Como resultado, pouco serviu o bloqueio para a redução da liquidez da economia.

Mas o que estes fatos tem em comum e que são o motivo deste editorial é que foram momentos de reorganização do país, de reordenamento das instituições. Um no campo político e outro no econômico e que deixaram marcas e influenciaram significativamente os anos seguintes. No primeiro caso, estava aberto o caminho para a elaboração da nova Constituição, que consagraria o retorno das eleições diretas e confirmaria a redemocratização do país, irreversivelmente. O fato seguinte, deixava claro que tentativas heterodoxas como as que havíamos vivenciado ao longo da década de 80 (começando com o Plano Cruzado, também em março (!), em 1986) estavam fadadas ao insucesso. Estava assim aberto o caminho para a discussão de uma proposta existente desde o

início dos anos 80, cuja fórmula foi adotada na implantação do Plano Real - que começou com a Unidade Real de Valor, a URV, em março (novamente!) de 1994.

Se logramos êxito nestas duas reformas, ainda falta uma terceira, fundamental para que o Brasil venha a ser um potencial receptor de investimentos para a ampliação de sua economia. O que nos falta, mais que as reformas do Estado, tributária, etc., é a reforma política. Sem ela, continuaremos à mercê de propostas como a que abre este editorial, cujo resultado sempre é repassado para o contribuinte. Sem isto, a estabilidade econômica sozinha não pode resolver muito. Afinal, qual o investidor, seja brasileiro ou estrangeiro, que está disposto a investir na produção se não confia nas regras que estão vigorando e sabe que há possibilidade de propostas absurdas e indecorosas serem levadas adiante? Como comentado na edição anterior, infelizmente as propostas não ficaram para o folclore.

Este e outros assuntos são nosso tema nesta edição, cuja análise inicia com o já tradicional levantamento de preços em Santa Cruz do Sul e, sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

....:SUMÁRIO

- ◆ CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 01 DE MARÇO DE 2005.
- ◆ CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 01 DE MARÇO DE 2005.
- ◆ OS IMPASSES DE 2005.
- ◆ EFEITOS DO CRESCIMENTO DESIGUAL SOBRE OS INVESTIMENTOS E AS VENDAS..
- ◆ CONJUNTURA ECONÔMICA DE MARÇO.

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL, 01 DE MARÇO DE 2005.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de – 0,94 % no período entre 02 de fevereiro e 1º de março de 2005, passando de R\$ 439,37 para R\$ 435,25.

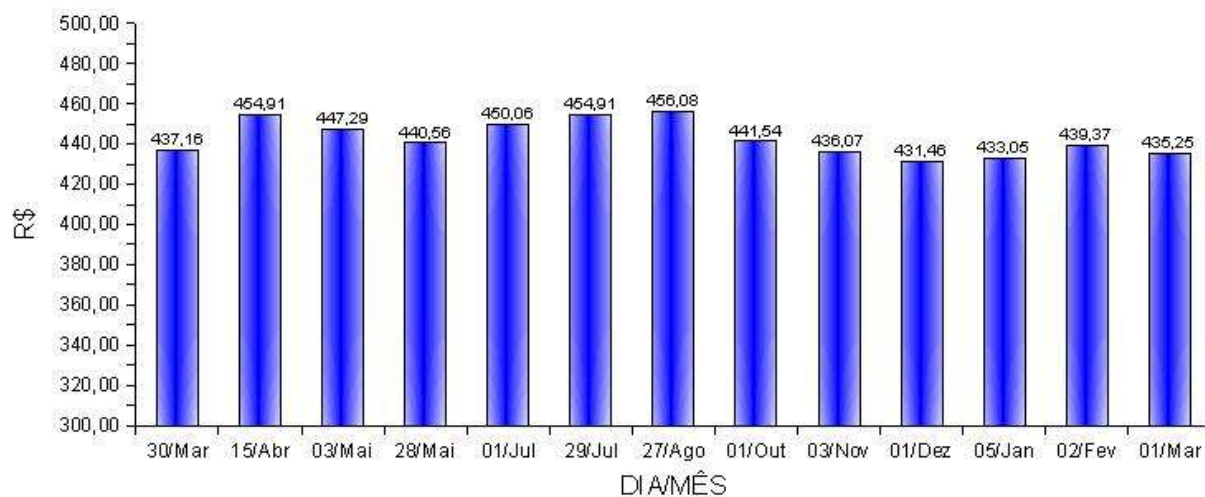
Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal apresentaram elevação de 0,04 %, a Alimentação no Domicílio reduziu em 1,05 % e os produtos de Limpeza Doméstica aumentaram 0,07 %.

Dos 60 produtos pesquisados, 27 tiveram elevação de preço neste período, 29 reduziram o preço e 04 permaneceram estáveis (Banha, Cigarros, Gás de Cozinha e Vassoura de Palha). As maiores contribuições para a redução do custo do Cesto Básico foram do Pão Francês (contribuição de – 1,40 %) e da Carne Bovina (contribuição de – 0,49 %). A Carne Bovina assim reverte a tendência do levantamento do mês de janeiro, quando foi o produto que mais influenciou na elevação do custo do Cesto Básico, enquanto que o Pão Francês e Banha haviam contribuído para segurar a elevação do custo. Os produtos que mais contribuíram para segurar a redução do custo do Cesto Básico foram os Ovos (contribuição de 0,39 %) e a Laranja (contribuição de 0,32 %).

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

[Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul em 01 DE MARÇO de 2005.](#)

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	2 de Fev de 05		1 de Mar de 05		VAR. %	CONTRIBUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	1,9350	1,3932	1,8758	1,3506	-3,0577	-0,0097
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,4042	3,2456	2,4675	3,3311	2,6343	0,0195
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,8925	1,8564	0,8533	1,7749	-4,3884	-0,0185
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,5085	3,9361	0,4795	3,7113	-5,7108	-0,0512
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,7545	2,5265	1,7927	2,5815	2,1762	0,0125
06. Sabonete	90 g	4,24	0,6980	2,9595	0,7756	3,2884	11,1111	0,0748
07. Shampoo	500 ml	0,73	4,4857	3,2746	4,5671	3,3340	1,8153	0,0135
Total / variação grupo:				19,1920		19,3719	0,0409	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	1,3167	3,3970	1,4850	3,8313	12,7848	0,0988
02. Alface	pé	3,66	0,7150	2,6169	0,6700	2,4522	-6,2937	-0,0375
03. Arroz	2 kg	4,79	3,4775	16,6572	3,3844	16,2115	-2,6759	-0,1014
04. Açúcar	2 kg	4,1	2,2633	9,2797	2,2333	9,1567	-1,3255	-0,0280
05. Banana	kg	3,19	1,4633	4,6680	1,5967	5,0934	9,1116	0,0968
06. Banha	kg	1,62	4,0767	6,6042	4,0767	6,6042	0,0000	0,0000
07. Batata Doce	kg	1,37	1,5400	2,1098	1,5900	2,1783	3,2468	0,0156
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,4729	11,0906	1,3700	10,3161	-6,9835	-0,1763
09. Beterraba	kg	1,53	1,4600	2,2338	1,6375	2,5054	12,1575	0,0618
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,1055	4,6741	2,1392	4,7490	1,6012	0,0170
11. Café Moído	500 g	1,08	4,6000	4,9680	4,5757	4,9418	-0,5280	-0,0060
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,9150	50,4550	5,8625	48,3011	-4,2688	-0,4902
13. Carne Frango	kg	5,96	3,1767	18,9329	3,0933	18,4363	-2,6233	-0,1130
14. Carne Suína	kg	1,98	10,2014	20,1988	10,5850	20,9583	3,7600	0,1729
15. Cebola	kg	2,33	0,7867	1,8329	0,8667	2,0193	10,1695	0,0424
16. Cenoura	kg	1,73	1,5150	2,6210	2,1150	3,6590	39,6040	0,2362
17. Cerveja	grf	4,29	1,5733	6,7496	1,5040	6,4522	-4,4068	-0,0677
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	2,6733	6,8170	2,6800	6,8340	0,2494	0,0039
20. Ext. Tomate	370 g	1,21	1,7957	2,1728	1,7900	2,1659	-0,3182	-0,0016
21. Far. Mandioca	kg	0,34	3,6333	1,2353	3,4475	1,1722	-5,1147	-0,0144
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,2863	10,1485	1,2075	9,5272	-6,1224	-0,1414
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,1950	7,7484	2,2533	7,9543	2,6576	0,0469
24. Fermento	100 g	2,94	3,9388	11,5799	3,8875	11,4293	-1,3012	-0,0343
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,9100	1,6808	1,8411	1,6202	-3,6067	-0,0138
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	33,0000	31,6800	33,0000	31,6800	0,0000	0,0000
27. Laranja	dz	2,87	1,4963	4,2942	1,9964	5,7297	33,4286	0,3267
28. Leite Natural	l	22,8	1,2750	29,0700	1,2821	29,2329	0,5602	0,0371
29. Lingüiça	kg	0,68	12,9656	8,8166	13,6757	9,2995	5,4773	0,1099
30. Maizena	500 g	0,51	2,6350	1,3439	2,7417	1,3983	4,0481	0,0124
31. Margarina	250 g	3,66	1,3367	4,8922	1,2980	4,7507	-2,8928	-0,0322
32. Massas	500 g	2,83	1,8478	5,2292	2,0856	5,9021	12,8683	0,1532
33. Maçã	unid	3,7	0,4731	1,7506	0,3680	1,3618	-22,2107	-0,0885
34. Nata	kg	0,48	5,0086	2,4041	4,7575	2,2836	-5,0128	-0,0274
35. Nescäu	500 g	0,8	3,8188	3,0550	3,5863	2,8690	-6,0884	-0,0423
36. Ovos	dz	3,84	1,9283	7,4048	2,3840	9,1546	23,6301	0,3982
37. Pipocas	500 g	0,76	1,8600	1,4136	1,8214	1,3843	-2,0737	-0,0067
38. Pão Francês	500 g	10,67	2,1600	23,0472	1,5833	16,8942	-26,6975	-1,4004
39. Refrigerante	l	6,55	0,9113	5,9687	0,9408	6,1625	3,2465	0,0441
40. Repolho	kg	2,03	0,8600	1,7458	0,7150	1,4515	-16,8605	-0,0670
41. Sagú	500 g	0,49	2,7660	1,3553	2,8720	1,4073	3,8322	0,0118
42. Sal	kg	1,75	0,7429	1,3000	0,6817	1,1929	-8,2372	-0,0244
43. Tomate	kg	2,29	2,1475	4,9178	2,1600	4,9464	0,5821	0,0065
44. Vinagre	grf	1,39	0,9400	1,3066	0,9350	1,2997	-0,5319	-0,0016
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,6962	8,4929	2,6546	8,3620	-1,5407	-0,0298
Total / variação grupo:				395,0588		390,4295	-1,0536	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,3950	0,9347	1,5633	1,0474	12,0669	0,0257
02. Bombril	pct/8	1,52	1,0957	1,6655	1,3757	2,0911	25,5541	0,0969
03. Cera Assoalho	450 g	0,78	8,3867	6,5416	8,2422	6,4289	-1,7223	-0,0256
04. Det./Desinfet.	500 ml	1,9	1,3207	2,5093	1,5053	2,8601	13,9828	0,0799
05. Esfregão Aço	unid	0,52	0,4830	0,2512	0,5990	0,3115	24,0166	0,0137
06. Sabão Barra	500 g	4,05	1,1799	4,7785	1,1165	4,5220	-5,3678	-0,0584
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	6,3042	6,8085	6,0692	6,5547	-3,7277	-0,0578
08. Vassoura palha	unid	0,23	7,1150	1,6365	7,1150	1,6365	0,0000	0,0000
Total / variação grupo:				25,1256		25,4522	0,0743	
CUSTO TOTAL				439,3763		435,2536	-0,9383	
VARIAÇÃO							-0,9383	

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 01 DE MARÇO DE 2005

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de – 3,73 % no período de 02 de fevereiro a 1º de março de 2005, passando de R\$ 129,55 para R\$ 124,72.

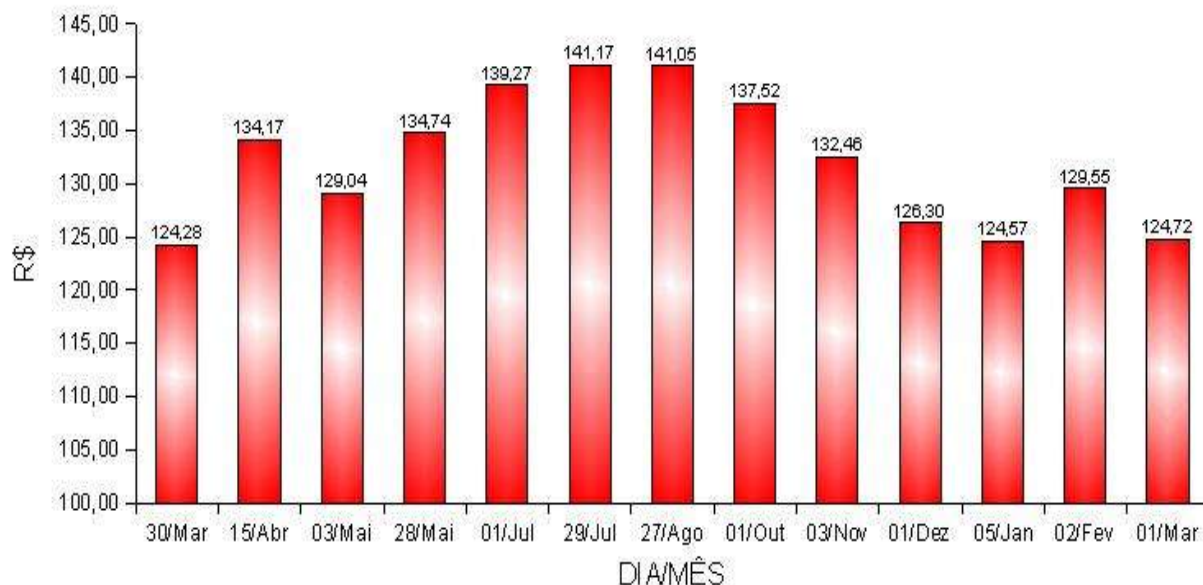
Dos 13 produtos pesquisados, 08 tiveram redução de preço neste período, 01 ficou estável (Banha) e 04 apresentaram elevação. As maiores contribuições para esta redução do custo da Cesta Básica Nacional foram do Pão Francês (com contribuição de – 2,67 %) e da Carne Bovina (contribuição de – 1,28 %). Os produtos que mais contribuíram para segurar a redução do custo da Cesta Nacional foram a Banana (contribuição de 0,64 %) e o Feijão Preto (contribuição de 0,20 %).

Para a aquisição do conjunto de 13 produtos da Cesta Básica Nacional, um trabalhador de Santa Cruz do Sul que receba um salário mínimo mensal precisa trabalhar 105,53 horas de sua jornada mensal. Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de fevereiro de 2005 em Santa Cruz do Sul alcançou R\$ 1.039,39 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei n.º 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em
Santa Cruz do Sul, em 01 DE MARÇO de 2005.**

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	2 de Fev de 05		1 de Mar de 05		VAR. %	CONTRIBUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01.Arroz	2 kg	1,5	3,4775	5,2163	3,3844	5,0767	-2,6759	-0,1077
02.Açúcar	2 kg	1,5	2,2633	3,3950	2,2333	3,3500	-1,3255	-0,0347
03.Banana	kg	6,3	1,4633	9,2190	1,5967	10,0590	9,1116	0,6484
04.Banha	kg	0,9	4,0767	3,6690	4,0767	3,6690	0,0000	0,0000
05.Batata Inglesa	kg	6	1,4729	8,8371	1,3700	8,2200	-6,9835	-0,4764
06.Café Moído	500 g	1,2	4,6000	5,5200	4,5757	5,4909	-0,5280	-0,0225
07.Carne Bovina	kg	6,6	5,9150	39,0390	5,6625	37,3725	-4,2688	-1,2863
08.Farinha Trigo	kg	1,5	1,2863	1,9294	1,2075	1,8113	-6,1224	-0,0912
09.Feijão Preto	kg	4,5	2,1950	9,8775	2,2533	10,1400	2,6576	0,2026
11.Leite Natural	l	7,5	1,2750	9,5625	1,2821	9,6161	0,5602	0,0414
10. Margarina	kg	0,75	1,3367	1,0025	1,2980	0,9735	-2,8928	-0,0224
12.Pão Francês	500 g	6	2,1600	12,9600	1,5833	9,5000	-26,6975	-2,6707
13.Tomate	kg	9	2,1475	19,3275	2,1600	19,4400	0,5821	0,0868
CUSTO TOTAL				129,5548		124,7188		-3,7327
VARIAÇÃO						3,7327		

OS IMPASSES DE 2005.

André Carraro acarraro@unisc.br

Começa o novo ano e com ele renovam-se as esperanças e os impasses a serem enfrentados pelo governo brasileiro. Podemos dizer que começamos em melhor situação que a observada em 2004, afinal, conseguimos reduzir a relação dívida/pib, o câmbio está estável e valorizado e o país cresceu 5% no ano passado. Mas isso não quer dizer que tudo está em seu lugar ...

Ao contrário, apesar de alguns bons resultados colhidos, o Brasil precisa se preocupar com algumas questões importantes para a definição do seu crescimento econômico para os próximos anos. A primeira delas diz respeito à estrutura de governança que foi criada pelo governo federal nestes seus dois anos de poder federal e que resultaram na folclórica eleição do novo presidente da Câmara Federal de Deputados. Até hoje, o governo federal, no seu aspecto político, é uma soma de denúncias vazias sobre uma suposta herança maldita. Para além disso, a estrutura de governança demonstrou eficiência apenas na sua capacidade de construir uma base que apóia por boa vontade ou pela compensação do atendimento às demandas individuais. Não é dizer que falta ao governo federal um projeto de mundo, uma visão de sociedade a ser alcançada.

É muito pior que isso. É perceber que o projeto em andamento busca o encabrestamento da sociedade para ver nas políticas de aparelhamento do Estado a busca da democracia participativa e da sociedade “justa”. Entendido desta forma, a eleição do deputado Severino é o resultado lógico deste jogo. Era a melhor resposta que os deputados poderiam dar à estratégia adotada pelo governo federal. Entenderam agora? Por isso, a forma de se relacionar com a sociedade será um dos maiores impasses que o governo Lula deverá enfrentar em 2005.

No campo econômico, os impasses criados estão relacionados com a taxa de câmbio. De um câmbio alto, desvalorizado, o brasileiro está desfrutando da experiência de viver em uma economia com câmbio valorizado. A questão aqui é saber se o país pode abrir mão de um câmbio descaradamente favorável às exportações. A resposta parece ser não. O Brasil não terminou o seu ajuste nas contas externas, nem possui um volume confortável de reservas cambiais e, além disso, muitos duvidam que o país não precise renovar o acordo com o FMI. Em um cenário de abundância de dólares no mundo financeiro internacional, câmbio valorizado pode ser suportado, por algum tempo, sem grandes prejuízos para a economia. No entanto, se o cenário internacional mudar, com os EUA cortando seus gastos para resolver de vez seu problema de déficit comercial, o país não conseguirá sustentar um câmbio valorizado. Logo, um câmbio em R\$ 2,60 não é câmbio de equilíbrio para o Brasil, sendo necessário um ajuste imediato a fim de evitar prejuízos maiores ao longo do ano.

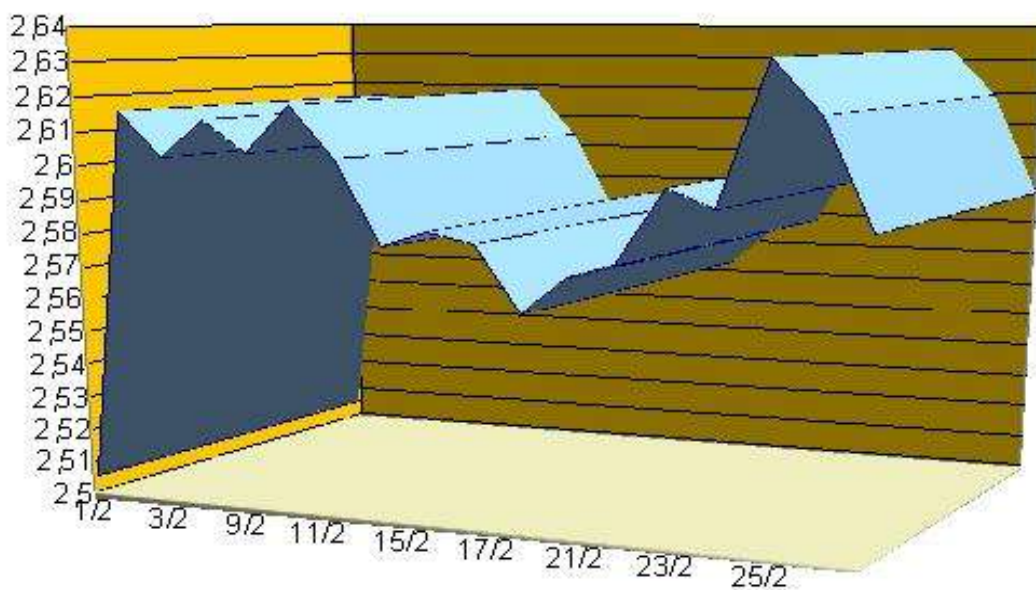
É verdade que as contas brasileiras melhoraram muito nos últimos anos, mas os resultados obtidos, apesar de bons, não garantem uma proteção segura para um choque externo adverso. O país precisa melhorar sua relação dívida/PIB, precisa atrair maiores volumes externos

de investimento direto e precisa melhorar sua classificação como país seguro para investidores. Somente assim poderemos receber dinheiro internacional sem necessitar de uma taxa de juros de 18,75% ao ano. Mas para isso, a estrutura de governança tem que mudar.

Evolução do Risco País



Desempenho do Câmbio (R\$/US\$)



EFEITOS DO CRESCIMENTO DESIGUAL SOBRE OS INVESTIMENTOS E AS VENDAS.

Túlio Marques Jr. marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br

Os sinais econômicos demonstram que o Brasil pode adentrar um período de crescimento sustentável. Mas isso ainda não é um fato. Independente das mudanças institucionais necessárias à sustentabilidade, os agentes econômicos tem de tomar decisões de financiamento para consumo, investimento, fazer gastos e planejar estoques, realizar contratos que influenciam seu fluxo de caixa, tudo isto num ambiente que tem aumentado as incertezas nos últimos meses. Então o que fazer?

As incertezas tem aumentado porque o crescimento é desigual entre os diversos setores da economia e entre as regiões. Além disso, a velocidade do crescimento vem diminuindo. Como os setores não crescem todos na mesma intensidade e na mesma magnitude, alguns setores poderão tem crescimento negativo e outros crescimento acima dos 3,5% previstos para esse ano. O mesmo raciocínio vale para as regiões do Brasil. Regiões com base industrial e incentivos fiscais devem crescer; regiões de base rural e sem incentivos devem ter mais dificultadas devido a problemas climáticos, barreiras fito-sanitárias e com o câmbio.

É difícil estabelecer uma regra geral prospectiva para os negócios que deverão ou não crescer ao longo de 2005. Um exemplo simples das incertezas que nos cercam é a Medida Provisória 232, que aumenta os impostos para as empresas de prestação de serviços. A depender da regra final para tributação desse ramo econômico, o ajuste do mercado será por meio da quebra de algumas empresas ou não. Da mesma forma, a seca que assola o sul do Brasil influencia positivamente o preço de alguns produtos no resto do país.

Mas o mundo empresarial não premia o pecado da omissão cometido pelos agentes econômicos. Decisões de não investir nesse momento podem levar tanto a ganhos financeiros maiores como à perda de mercado e oportunidades no futuro. Ganhos financeiros porque as taxas de juros devem subir no curto prazo. Perdas porque alguns de seus parceiros podem estar em condições de crescer (investir) ou consumir, necessitando intensificar as parcerias e a empresa pode não estar preparada para ser fornecedora. Caso isso ocorra, outros certamente estarão preparados para substituí-la.

Todo empresário sabe que sua empresa é um ponto da linha de transmissão que vai do produtor de matérias-primas até o consumidor final. Mesmos os trabalhadores têm suas carreiras e empregos vinculados a essa corrente. Algumas empresas, principalmente as comerciais, fazem parte de várias linhas, como se centrais de distribuição fossem, porque têm vários fornecedores e seus clientes obtêm renda de várias fontes. Identificar quais as vias estão energizadas para crescer é vital nesse momento pré-crescimento, onde oportunidades e incertezas proliferam.

Significa escolher quais linhas de produção desenvolver ou não, que produtos

encomendar e por à venda, quais novos projetos investir ou engavetar, em que regiões se reposicionar: investir, manter-se ou retirar-se. Aparentemente essas perguntas são extremamente difíceis de responder. Mas as grandes empresas fazem isso em seus planejamentos estratégicos com bons resultados. Elas têm empregados especializados, buscam informações em relatórios econômicos focados que respondem às suas dúvidas. Quando não obtêm essas informações em publicações periódicas produzem estudos internamente ou vão em busca de consultoria.

Para as pequenas e médias empresas, quando as informações não estão em publicações especializadas de grande circulação, o recurso à consultoria pode ser custoso, assim como manter empregados especializados. A solução para essas é a associação, de modo a incentivar e contratar estudos que respondam às suas necessidades. Essa associação pode ocorrer entre as empresas que montam centros ou unidade de pesquisa ou parcerias com universidades e centros de pesquisa – onde o custo dos serviços chega a menos da metade de uma grande consultoria. Desse modo, as informações personalizadas por empresas teriam menor volume e seriam mais baratas de se produzir.

O Brasil, como país em desenvolvimento, em que o marco legal está em aberto e em discussão, em que o crescimento flutua, onde já há forte concorrência, tem um contexto em que tomar decisões estratégicas de modo puramente intuitivo é muito arriscado. Podem haver ganhos ou perdas. Mesmo o administrador dotado de excelente intuição quando de posse de informações derivadas de cenários econômicos tem potencializado o seu talento e com auxílio profissional para interpretar os impactos dessas informações na realidade de sua empresa, o potencial cresce. É por isso que questões relacionadas à informação e ao conhecimento tem crescido em importância entre os pesquisadores que estudam crescimento econômico.

CONJUNTURA ECONÔMICA DE MARÇO.

Fábio Mayrinck fabiohenrique@ppge1.ppge.ufrgs.br

O dólar está barato! Disso ninguém discorda: entre 21/05/04 e 18/02/05 a cotação do dólar caiu, ou melhor, despencou, cerca de 20%. Como já era de se esperar os exportadores reclamam do encarecimento do produto nacional no estrangeiro e das dificuldades de exportação. Mas mesmo com tal apreciação da moeda nacional, o “Brazil” bate recordes de exportação (segundo o governo um dos motivos desses recordes são justamente as tão mal faladas viagens do presidente mundo afora, será que há correlação?). Mesmo com os importadores aproveitando a “folga” cambial que surgiu nos últimos meses, o Brasil registrou um megasuperávit comercial no último ano, o maior desde 1980, quase US\$ 34 bilhões.

Todos concordam que o dólar está barato e que isso é uma ameaça para o megasuperávit comercial realizado pelo Brasil. Certamente todos também concordam que essa valorização da moeda nacional é (e deve ser) temporária e passageira. Como felizmente somos bons patriotas, sabemos que o melhor para nosso país é a desvalorização da moeda nacional, que virá tão logo os juros (SELIC) comecem a baixar ou os juros americanos comecem a subir (ou surja alguma outra “crisezinha” passageira por aí).

Dessa forma, embora o dólar esteja barato, é certo que não continuará a baratear como nos últimos meses, além do que o período de dólar barato, ao menos para o Brasil, vai cessar em breve. E quando isso acontecer é bom que os leitores se preparem: teremos ganhadores e perdedores e sendo assim faço aqui uma sugestão de investimentos no mercado financeiro. Primeiro, a mais óbvia de todas as recomendações, investir em dólar ou em qualquer aplicação cambial que renda não só juros como também o retorno do dólar. Aos que quiserem se arriscar aplicando seus escassos recursos em ativos de maior risco, analisem com um interesse especial as ações de companhias exportadoras como Vale do Rio Doce e Embraer, além de Itaú, que embora não exporte nada tem muitas aplicações no estrangeiro e ganha com a desvalorização cambial de seus ativos no estrangeiro.

